

**JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.**

PROCESSO: 2017/039444  
RECORRENTE: RODRIGO GOMES DA SILVA  
RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA - SIT  
AUTO DE INFRAÇÃO: P000617927

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

**EMENTA:** Multa por infração ao Art. 203, V do CTB. Observância do artigo 281, §Único, II do CTB. Dupla notificação observada. Quanto à Notificação de Autuação, aplicado o artigo 282, §1º do CTB, por desatualização cadastral. 'Inexistência de afronta aos ditames constitucionais do contraditório e da ampla defesa. AIT Consistente e Regular. Recurso Conhecido e Improvido.

#### Relatório

Trata-se de Recurso interposto pela proprietária do veículo, em face da expedição de Auto de Infração de Trânsito n.º P000617927, ao rigor do art. 203, V do CTB, em 16/05/2017, na Rod. BA502 Km 13 – São Gonçalo/BA.

De início, o Recorrente alega que o proprietário anterior de quem adquiriu o veículo jamais foi notificado em tempo para exercer o seu direito de defesa de autuação, muito menos para se defender da presente notificação da penalidade. Deste modo, alega suposto não recebimento das notificações, dentre outras alegações, e por fim, requer o cancelamento da penalidade.

O Recorrente faz a juntada da documentação obrigatória exigida em lei e necessária à análise de suas argumentações tais como cópia do CRLV, CNH da Recorrente e do suposto condutor e comprovante de residência.

É o relatório.

#### Voto

Superadas as questões de Ordem Processuais, no que pertine a capacidade postulatória e tempestividade, pelo que passo a analisar o mérito do Recurso interposto pelo proprietário legal, afastando a alegação de não recebimento das notificações de autuação e penalidade, pois, conforme demonstra o relatório de auto de infração – radar, houve tentativa frustrada de entrega quanto à NAI por motivo "AUSENTE", como se verifica no Relatório de Auto de Infração – Extrato, Editais, é possível identificar que após a tentativa frustrada de entrega da NAI através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – CORREIOS que devolveu ao Órgão Autuador (SEINFRA/SIT, sendo publicada a NAI e a NIP através do DOE, nos dias 18/08/2017 e 27/09/2017.

Resta frisar que a norma impõe que o órgão autuador deverá expedir a NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO DE TRÂNSITO, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sendo que a infração ocorreu em 16/05/2017 e a expedição 31/05/2017, sendo o AIT regular e subsistente.

É de frisar, portanto, que não houve qualquer ilegalidade cometida pelo órgão autuador, pelo que todas as argumentações da Recorrente restam como equivocadas, e encontram espaço apenas no seu anseio de ter o AIT – Auto de Infração de Trânsito arquivado, entretanto, não há qualquer mácula que desfigure a atuação Estatal, como aqui demonstrado.

**Ficam as demais alegações também afastadas seja pela ausência de provas e/ou por faltar previsão legal.**

Isto posto, verifico que as razões recursais **NÃO** atendem aos interesses legais da Recorrente, quando, desta forma e pelos motivos acima expostos com base nos artigos 203, V do CTB e não evidenciando qualquer irregularidade por comprometimento da ampla defesa, VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, entretanto dando-o por **IMPROVIDO**, julgando o Registro do Auto de Infração n.º P000617927, mantendo a sua exigibilidade.

#### Resolução

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, dar por **IMPROVIDO** o Recurso apresentado, mantendo a exigibilidade do Auto de Infração n.º P000617927, pelas razões de direito aqui expostas.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto n.º 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 06 de outubro de 2020

Fábio Reis Dantas - Membro suplente em exercício – SIT - Relator

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA – Presidente

Alba Valéria Alves Coelho - Membro Titular/ DETRAN

José Anibal Cerqueira de Moura Fe – Membro Suplente em exercício – FETRABASE

Maria Fernanda A. Cunha – Secretária da JARI